

Estatísticas Monetárias e de Crédito

Nota para a Imprensa

27.7.2023



**BANCO CENTRAL
DO BRASIL**

1. Crédito ampliado ao setor não financeiro

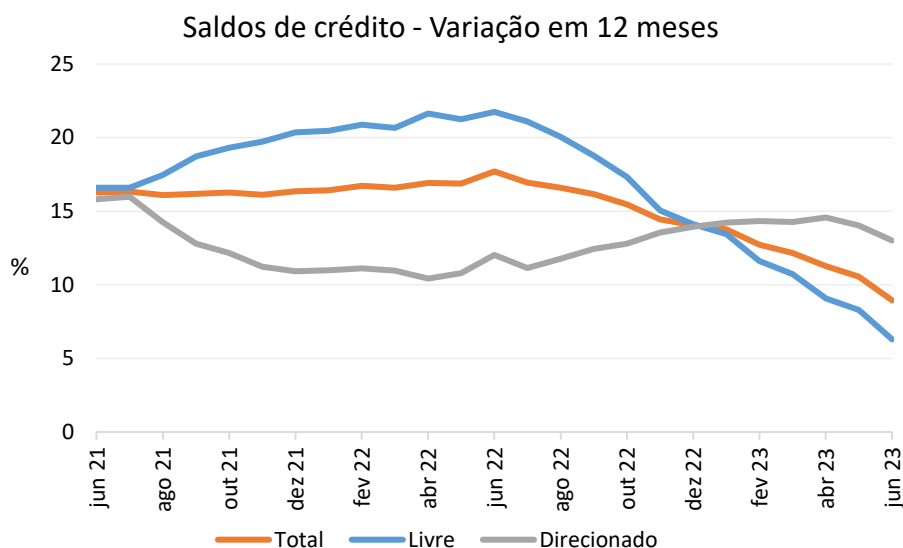
Em junho, o saldo do crédito ampliado ao setor não financeiro atingiu R\$15,2 trilhões (147,6% do PIB), crescendo 0,8% no mês, devido principalmente à alta de 3,4% nos títulos públicos de dívida. Na comparação interanual, o crédito ampliado aumentou 7,7%, sobressaindo as elevações na carteira de empréstimos, 9,0%, e nos títulos de dívida, 9,8%.

O crédito ampliado a empresas situou-se em R\$5,2 trilhões (50,5% do PIB), com redução de 0,6% no mês, influenciada principalmente pela retração de 4,7% na dívida externa, associada à apreciação cambial de 5,4%. Na comparação com junho de 2022, a expansão de 7,4% do crédito ampliado a empresas refletiu principalmente o aumento de 27,9% em títulos de dívida.

O crédito ampliado às famílias situou-se em R\$3,5 trilhões (34,2% do PIB) em junho, com retração de 0,5% no mês e expansão de 12,2% em doze meses, refletindo o incremento nos empréstimos do SFN.

2. Operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

O volume de crédito total do SFN atingiu R\$5,4 trilhões em junho, com elevação de 0,1% no mês. Esse desempenho foi influenciado, principalmente, pelo crescimento de 1,0% no crédito destinado às empresas, saldo de R\$2,1 trilhões, enquanto o crédito às famílias diminuiu 0,4% no mês, situando-se em R\$3,3 trilhões. Na comparação interanual, o crédito total aumentou 8,9%, evidenciando desaceleração em relação à expansão de 10,6% verificada em maio deste ano. Por segmento, nas mesmas bases de comparação, os volumes de crédito para empresas e famílias também registraram arrefecimento, com incrementos de 3,5%, ante 4,5%, e de 12,8%, ante 14,8%, na ordem.

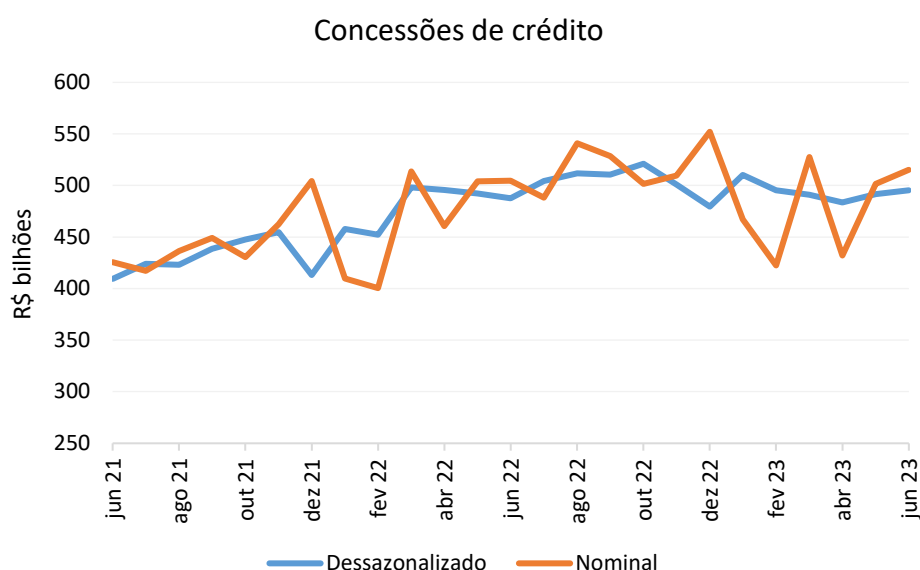


O volume de crédito com recursos livres para as pessoas jurídicas atingiu saldo de R\$1,4 trilhão em junho, com incrementos de 1,4% no mês e de 1,1% em doze meses. Destacaram-se os crescimentos mensais das carteiras de desconto de duplicatas, 9,2%, influenciada por fatores sazonais, outros créditos livres, 7,9%, e adiantamentos de contratos de câmbio, 2,0%.

O saldo de crédito com recursos livres às pessoas físicas totalizou R\$1,8 trilhão em junho, com redução mensal de 1,3% e incremento de 10,6% em doze meses. Essa redução mensal mostrou-se bastante

disseminada entre as modalidades, com destaque para o crédito pessoal não consignado, -2,8%, o cartão de crédito, -1,1%, e o crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS, -1,9%.

O saldo de crédito direcionado aumentou 0,5% no mês e 13,0% em doze meses, alcançando R\$2,2 trilhões em junho. Esse desempenho refletiu expansões ocorridas no segmento de pessoas jurídicas (0,1% e 8,1%) e no de pessoas físicas (0,7% e 15,7%).



As concessões nominais de crédito totalizaram R\$515,3 bilhões em junho. Nas séries com ajuste sazonal, as concessões totais cresceram 0,8%, com alta de 3,0% no crédito às empresas e de 0,4% no crédito às famílias. Nos doze meses acumulados até junho, as concessões nominais cresceram 9,0%, com altas de 4,9% no crédito a pessoas jurídicas e de 12,5% no crédito a pessoas físicas. A média diária de concessões em junho

aumentou 7,7%.

A taxa média de juros das novas concessões em junho diminuiu 0,8 p.p. no mês e aumentou 3,4 p.p. na comparação com o mesmo período do ano anterior ao alcançar 31,7% a.a.. O *spread* bancário das novas concessões atingiu 22,0 p.p., com diminuição de 0,2 p.p. no mês e alta de 4,1 p.p. em doze meses.

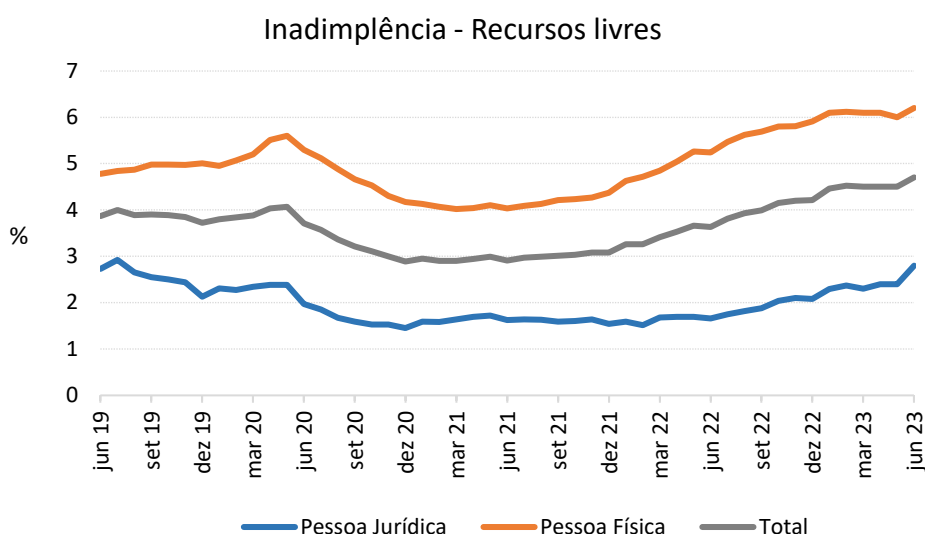
Crédito com Recursos Livres

	Taxas médias de juros (% a.a.)		Variações mensais (p.p.)		
	mai/23	jun/23	Efeito Taxa	Efeito Saldo	Total
Pessoa Física	59,9	59,1	-0,9	0,1	-0,8
Pessoa Jurídica	23,8	23,1	-0,7	0,0	-0,7
Total	45,4	44,6	-0,9	0,1	-0,8

No crédito livre, a taxa média de juros alcançou 44,6% a.a. em junho, com queda de 0,8 p.p. no mês e crescimento de 5,6 p.p. em doze meses. Por segmento, as taxas médias de juros das operações com as empresas e com as famílias apresentaram comportamentos semelhantes, com reduções mensais de 0,7 p.p. e 0,8 p.p., respectivamente, e altas de 0,5 p.p. e 7,6 p.p. em doze meses, situando-se em 23,1% a.a. e 59,1% a.a., na mesma ordem. Em ambos os segmentos, a diminuição foi influenciada principalmente por efetivas reduções nas taxas praticadas (efeito taxa), observando-se menor contribuição de variações da carteira (efeito saldo).

O Indicador de Custo do Crédito (ICC), que mede o custo médio de todo o crédito do SFN, situou-se em 22,5% a.a., mantendo-se estável no mês e elevando-se 2,1 p.p. em 12 meses.

O percentual de inadimplência da carteira de crédito total do SFN atingiu 3,6%, com estabilidade no mês e incremento de 0,9 p.p. em doze meses. Por segmento, a inadimplência assinalou estabilidade mensal nas operações com pessoas jurídicas, situando-se em 2,5%, e redução de 0,1 p.p., nas operações com pessoas físicas, situando-se em 4,2%. Em doze meses, esses indicadores subiram 1,1 p.p. e 0,7 p.p., respectivamente.



No crédito livre, a inadimplência atingiu 4,9% em junho, com estabilidade mensal e elevação de 1,3 p.p. em doze meses. No crédito livre às empresas, esse indicador atingiu 3,1%, com altas de 0,1 p.p. no mês e 1,4 p.p. em relação a junho de 2022. Nessas bases de comparação, a inadimplência do crédito livre às famílias ficou estável no mês e subiu 1,1 p.p. em doze meses,

alcançando 6,3%.

O endividamento das famílias situou-se em 48,8% em maio, com alta de 0,2 p.p. no mês e recuo de 1,0 p.p. em doze meses. Nas mesmas bases de comparação, o comprometimento de renda manteve o patamar de abril e aumentou 1,9 p.p. em doze meses, situando-se em 28,1%.

3. Agregados monetários

A base monetária somou R\$ 403,1 bilhões no mês de junho, com crescimento de 1,7% no mês e queda de 1% em doze meses. No mês, o volume de papel-moeda em circulação aumentou 2,1% e as reservas bancárias recuaram 0,3%.

Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da base monetária, impactaram de forma expansionista: as operações do Tesouro Nacional, R\$36,6 bilhões; as operações do setor externo, R\$6,3 bilhões; as operações de Redesconto e de Linhas de Liquidez, R\$46 milhões; e as operações com títulos públicos federais, R\$12 bilhões (colocações líquidas de R\$143 bilhões no mercado primário e compras líquidas de R\$155 bilhões no mercado secundário). No sentido contracionista, ocorreram operações com derivativos, -R\$20,5 bilhões, e depósitos de instituições financeiras, -R\$ 13,6 bilhões (recolhimento de recursos de caderneta de poupança, -R\$19,6 bilhões; de recursos de depósitos a prazo, -R\$3 bilhões; de

recursos não aplicados em operações de microfinanças, -R\$12 milhões; recebimentos de depósitos para compensação de cheques e outros papéis, -R\$106 milhões; liberação de depósitos voluntários a prazo, +R\$2,6 bilhões; de recursos do Proagro, +R1 bilhão; e de depósitos de garantias em espécie vinculadas a Linhas Financeiras de Liquidez – LFL, +R\$5,5 bilhões).

Os meios de pagamento restritos (M1) totalizaram R\$588,5 bilhões, com elevação de 1,8% no mês, decorrente de incrementos respectivos de 2,9% e de 0,9% no papel-moeda em poder do público e nos depósitos à vista. Considerando-se dados dessazonalizados, o M1 recuou 0,6% no mês.

O M2 cresceu 1,7% no mês, com saldo total de R\$5,4 trilhões. O crescimento refletiu o aumento de 2,1% no saldo de títulos emitidos por instituições financeiras, R\$3,9 trilhões, resultado do aumento de 2,0% no saldo das letras de crédito (LCA e LCI) e de 2,4% nos depósitos a prazo, que totalizaram R\$714 bilhões e R\$2,6 trilhões, respectivamente. Em junho, a poupança registrou captações líquidas, pela primeira vez no ano, que somaram 2,6 R\$ bilhões, totalizando R\$967 bilhões, com expansão de 0,4%. Os depósitos a prazo tiveram captações líquidas de R\$33,3 bilhões. O M3 variou 2,0%, totalizando R\$10,2 trilhões, reflexo dos aumentos do M2 e do saldo das quotas de fundos monetários, que totalizou R\$4,6 trilhões, com aumento de 2,2%. O M4 alcançou R\$11,2 trilhões, com avanços de 0,7% no mês e de 10,4% em doze meses.